



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo Recebido em 16 de 09 de 2021

Prazo Venc. em de de

Recebido por

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 075/2021.

Ibiúna, 13 de setembro de 2021

- Leia-se em Seção.

- Cópias aos Edis.

- Às comissões.

Ibiúna 10/09/2021

Senhor Presidente:

Venho à presença de Vossa Excelência, para apresentação do Projeto de Lei que fixa o montante de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado e dá outras providências, para a devida apreciação e posterior deliberação desta Casa de Leis.

Como é de domínio público, os pagamento de débitos do poder público oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais recebidos até 1º de julho, devem constar da peça orçamentária para pagamento no exercício financeiro seguinte.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, houve alteração da redação do artigo 100 da Carta da República e do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que inovou, a época, os critérios de pagamentos e fixação de exigência quanto aos débitos de pequeno valor, mantendo a faculdade aos municípios, sobre a fixação desse limite, segundo as diferentes capacidades de cada um.

Ocorre que, naquele momento da fixação de prazo, por motivos que desconhecemos, deixou de ser fixado o limite mínimo para fazer aos requerimentos de pequena monta, ou como mas são conhecidos os requerimentos de pequeno valor – RPV.

Assim, desde aquela data, como a administração deixou de fixar o valor vem sendo aplicados os valores conforme disposto no inciso II do § 12 do art. 97 da Constituição Federal, ou seja, 30 (trinta) salários mínimos que na época era R\$ 13.950,00, hoje equivalente a uma significativa importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Importante acrescentar que a recente atualização da legislação de precatórios judiciais disposta na EC nº 106 de 15 de março de 2021 manteve inalterado o respectivo artigo e parágrafos.

Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna
Recebido em 16/09/2021

Secretaria Administrativa



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

Isto posto, os Nobres Edis hão de convir conosco, que de 2009 para cá, muitas mudanças ocorreram na economia do país, com o crescimento real do salário mínimo acima da inflação, e mais recentemente em tempos não muito distantes, o desencadeamento de uma recessão nacional que além de afetar a vida de todos os brasileiros, atingiu principalmente a saúde das finanças públicas municipais.

Historicamente, o município pode por um bom tempo vir honrando com os compromissos e efetuando, mesmo que com um pouco de atraso o pagamento dos precatórios de pequeno valor, todavia, com a escassez financeira, e com a avalanche de ações judiciais que estão sendo ingressadas a cada dia, tem tornado de forma insustentável condição das finanças públicas municipais de forma responsável, vistos que os sequestros são constantes de forma a não permitir qualquer planejamento financeiro que seja de fluxo de caixa.

Importante enfatizar que o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), de "pequeno valor" não tem nada, sendo hoje, para a atual situação financeira do município um valor muito elevado.

A título de exemplificação, no corrente exercício o município dispendeu de RPV – Requisitórios de Pequeno Valor o importe de R\$ 339.503,38 dos quais se já vigente a lei proposta, poderiam ter sido pagos apenas R\$ 31.337,04, haja vista que o valor de R\$ 308.168,34, se referem a processos judiciais de valores superiores a R\$ 6.433,57 (atual teto remuneratório do ISS), seriam "economizados" no curto prazo, tendo que ser transferidos para precatório judiciais, tiveram o seu prazo de pagamento prorrogados por mais cinco anos conforme nova norma constitucional.

Corroborando, deparamo-nos em uma pandemia em saúde pública, que infelizmente só vem crescendo, que é de ciência de todos que, ao contrário do que se imaginava inicialmente, isso irá perdurar por quanto tempo não se sabe, afetando sobre maneira e de forma devastadora as finanças públicas municipais.

Dessa forma, ao disciplinar o débito de pequeno valor do município a iniciativa busca, tão somente ajustar a legislação local ao mandamento constitucional, atender solicitação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e principalmente observando a capacidade econômica de nosso município.



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

Em assim sendo, solicitamos que a presente proposição seja deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Sem mais para o momento renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

AO
EXMO SR
PAULO CESAR DIAS DE MORAES.
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.
IBIÚNA/SP



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

92
PROJETO DE LEI Nº. 075
DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA
EM 13/09/2021 DE 2021
PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

“Dispõe sobre a fixação o montante de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos da Constituição Federal e dá outras providências.”

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

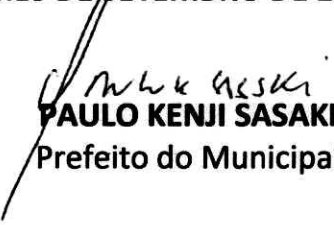
Art.1º- Os débitos de pequeno valor que a Fazenda Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, nos termos dos §§ 3º e 4º, c,c, art.87 do ADCT, ficam fixados no valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social.

Art.2º- Os precatórios judiciais de débitos de valor superior ao limite fixado no artigo anterior, recebidos até 1º de julho, serão incluídos na proposta orçamentária para pagamento, conforme art.97, §1º, II do ADCT, e nos prazos máximos estabelecidos, através de depósito de alíquotas percentuais aplicadas sobre a Receita Corrente Líquida mensal, determinados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se às disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2021.


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito do Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 de autoria do Chefe do Executivo Municipal foi protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 16 de setembro de 2021, e conforme despacho do Sr. Presidente foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de setembro de 2021, e disponibilizado no site da Câmara.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 encontra-se à disposição das comissões para exararem parecer conforme despacho do Sr. Presidente.

Ibiúna, 22 de setembro de 2021.

Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Handwritten signature and initials.

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 92 de 2021

AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR WALMIR BORTOLOTO JÚNIOR

COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS.

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 16 de setembro de 2021 o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 que “Dispõe sobre a fixação do montante de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos da Constituição Federal e dá outras providências.”

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo de fixar os débitos de pequeno valor que a Fazenda Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, nos termos dos parágrafos 3º. e 4º. c.c artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam fixados no valor ao maior benefício do regime geral da previdência social, ou seja no valor atual de R\$ 6.433,57 (seis mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), conforme dispõe o artigo 1º. do Projeto de Lei. Os precatórios judiciais de débitos de valor superior ao limite fixado no artigo 1º., recebidos até 1º. de julho, serão incluídos na proposta orçamentária para pagamento, conforme artigo 97, parágrafo 1º., II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e nos prazos máximos estabelecidos, através de depósito de alíquotas percentuais aplicadas sobre a Receita Corrente Líquida mensal, determinadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 2º. do Projeto de Lei, nada impedindo a deliberação pelo Douto Plenário

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental ao projeto original, pois as despesas correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Segurança Pública e Atividades Privadas, quanto a sua competência, exara parecer pela tramitação normal do projeto original, pois ao disciplinar o débito de pequeno valor do município, busca-se tão somente ajustar a legislação local ao mandamento

Handwritten signature and initials.



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 - 18150-000 - Ibiúna - SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

constitucional, atendendo solicitação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, principalmente observando a capacidade econômica do Município de Ibiúna em pagar o débito, sem comprometer o pagamento de demais despesas.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 13 DE
OUTUBRO DE 2021.

WALMIR BORTOLOTTI JÚNIOR

RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Carlos Eduardo Gomes
CARLOS EDUARDO GOMES
VICE-PRESIDENTE

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE
MEMBRO

ANTONIO REGINALDO FIRMINO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

JAIR MARMELO CARDOSO DE OLIVEIRA
VICE - PRESIDENTE

ARMELINO MOREIRA JUNIOR
MEMBRO

FAUSTO JOSÉ ALVES DOURADO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SEGURANÇA
PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS

Roni Von Pires de Oliveira
RONIE VON PIRES DE OLIVEIRA
VICE - PRESIDENTE

Luiz Fernando de Góes Vieira
LUIZ FERNANDO DE GÓES VIEIRA
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 recebeu o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Segurança Pública e Atividades Privadas na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 13 de outubro de 2021.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 foi inscrito para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 19 de outubro de 2021, conforme anunciado no final da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 13 de outubro de 2021.
Ibiúna, 14 de outubro de 2021.

AMAURI GABRIEL VIEIRA
SECRETÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 83/2021

“Dispõe sobre a fixação o montante de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos da Constituição Federal e dá outras providências.”

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os débitos de pequeno valor que a Fazenda Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, nos termos dos §§ 3º e 4º, c.c, art. 87 do ADCT, ficam fixados no valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social.

Art. 2º - Os precatórios judiciais de débitos de valor superior ao limite fixado no artigo anterior, recebidos até 1º de julho, serão incluídos na proposta orçamentária para pagamento, conforme art. 97, § 1º, II do ADCT, e nos prazos máximos estabelecidos, através de depósito de alíquotas percentuais aplicadas sobre a Receita Corrente Líquida mensal, determinados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 20 DIAS DO MÊS DE
OUTUBRO DE 2021.**

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES

PRESIDENTE

ANTÔNIO REGINALDO FIRMINO

1º SECRETÁRIO

ABEL RODRIGUES DE CAMARGO

2º SECRETÁRIO



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

Ofício GPC nº. 413/2021

Ibiúna, 20 de outubro de 2021.

SENHOR PREFEITO:

CÓPIA

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 83/2021**, referente ao Projeto de Lei nº. 075, nesta Casa tramitou como Projeto de Lei nº. 92 de 2021 que "Dispõe sobre a fixação o montante de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos da Constituição Federal e dá outras providências.", aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 19 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.
PAULO KENJI SASAKI
DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.
N E S T A.

Recebido em 23/10/21



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 92 de 2021 foi colocado em discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 19 de outubro de 2021 sendo aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores(a).

Certifico finalmente, em virtude da aprovação do Projeto de Lei nº. 92 de 2021 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 83/2021, encaminhado através do Ofício GPC nº. 413/2021 de 20 de outubro de 2021.

Ibiúna, 21 de outubro de 2021.

Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral